



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_ /2022**  
**(Da Sr. Orlando SILVA )**

Requer a realização de audiência pública  
para o lançamento da campanha "Sede Zero".

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião conjunta de audiência pública desta comissão e da Comissão de Desenvolvimento Urbano cujo objetivo é promover o lançamento da campanha "Sede Zero".

Adiantam-se, a seguir, as entidades que gostaríamos pudessem enviar representantes para tornar o debate mais qualificado e democrático, sem prejuízo de outras que poderão ser nele incluídas:

1. Federação Nacional dos Trabalhadores Em Energia, Água e Meio Ambiente – Fenatema;
2. Federação Nacional do Urbanitários – FNU;
3. Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento Básico (ASSEMAE);
4. Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS)
5. Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental — FNSA;
6. Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – FISENGE-



7. Confederação Nacional dos Urbanitários – CNU.

## JUSTIFICAÇÃO

Aos mais de 600 mil óbitos decorrentes da Covid 19 no Brasil, número trágico que assola o País, afetando de forma mais dramática a população pobre que vive em processo de vulnerabilidade, se somam as consequências da crise econômica e social que lançou milhões ao desemprego e reduziu significativamente a renda das famílias, especialmente, com consequências funestas para as condições de alimentação, saúde, educação e moradia.

Nesta conjuntura dramática, mais que nunca é preciso reafirmar que o acesso à água potável e o esgotamento sanitário são direitos humanos e precisam ser assegurados a todas e todos, priorizando os que vivem em situação vulnerável.

Nesse sentido o lançamento da **Campanha Sede Zero**, nessa casa legislativa, e na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), busca dar a exata dimensão que uma ação dessa magnitude representa. A campanha pretende sensibilizar autoridades, parlamentares e sociedade civil, em todos os níveis, no sentido de garantir de forma imperiosa que:

1. Em situações de escassez, deve-se assegurar igualdade no acesso à água das populações submetidas à racionamento ou rodízio do abastecimento, com atenção às moradias das populações vulneráveis e que não disponham de reservatório domiciliar, evitando o desabastecimento dos domicílios situados em áreas desfavoráveis quando de ações de redução de pressão na rede de distribuição;



2. Assegurar, em qualquer situação, o volume mínimo de água necessário à preservação das condições de saúde e higiene das famílias, em especial daquelas em situação de inadimplência por falta de condições econômicas;
3. Implementar tarifa social de água e esgoto como direito “automático” para famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais e com membros recebendo Benefício de Prestação Continuada (BPC).
4. Priorizar o acesso, com a execução gratuita das ligações de água e de esgoto, dos domicílios das famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais e com membros recebendo Benefício de Prestação Continuada;
5. Disponibilizar água para consumo e higiene pessoal e sanitários para população em situação de rua;
6. Disponibilizar água para as populações rurais do semiárido por meio da retomada e ampliação do Programa 1 Milhão de Cisternas e pelo abastecimento emergencial sempre que necessário;
7. Priorizar a execução do Programa Nacional de Saneamento Rural, para assegurar o atendimento com água e saneamento adequado das populações do campo, das águas e das florestas.

A consecução dessas medidas em todo o território nacional deve ser prioridade de todos os três níveis de governo, com especial responsabilidade dos prestadores de serviços públicos de água e esgoto e das agências que tem por função regular a prestação de tais serviços.

São essas as principais razões para este requerimento da audiência pública.



Sala das Sessões, em de maio 2022.

Deputado Orlando Silva  
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227754104200>

